



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1920/13	DATA: 12/11/2013	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 16h43min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Diretor de Assuntos Corporativos da Chevron Brasil.
MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Representante da Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP.
MARCELO NEIVA AMORIM - Coordenador de Atendimento a Acidentes Tecnológicos e Naturais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis — IBAMA.

SUMÁRIO

Debate do tema *Compensações pelo Derramamento de 3.600 Barris de Petróleo em 2011, no Campo de Frade, Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde.

Senhoras e senhores, amigos, a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável está nesta tarde em audiência pública para debater o tema *Compensações pelo Derramamento de 3.600 Barris de Petróleo em 2011, no Campo de Frade, na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro*.

O requerimento para a realização deste evento é do Deputado Fernando Jordão, que está aqui presente na primeira fila à minha direita. Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Marcelo Amorim, Coordenador de Atendimento a Acidentes Tecnológicos do IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e o Sr. Marcelo Mafra, representante da área de Segurança Operacional e Meio Ambiente, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível.

Esclareço a todos que a Dra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora da República do Ministério Público Federal e subscritora do Termo de Ajustamento de Conduta sobre o tema desta audiência pública, não pôde comparecer em razão de compromissos no dia de hoje. Ressalto também que o Sr. Carlos Minc, embora convidado, não respondeu oficialmente ao convite.

Peço ainda aos palestrantes amigos que assinem a autorização para que a *TV Câmara* exiba durante a sua programação a gravação desta audiência pública.

Informo também aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo, e nós temos sido pioneiros no sentido de ampliar o nosso auditório com os internautas interessados, que poderão inclusive fazer perguntas e o que será mediado por nossos assessores.

O projeto vem pelo portal e-Democracia. Espero que vocês façam uma grande explanação e que o debate seja esclarecedor desses assuntos já reincidentes, preocupantes.

Cada um dos nossos palestrantes terá 15 minutos. Informo que há ali um cronômetro apenas para orientar. Não há nenhuma necessidade de cassar as palavras e tal.



Quero passar a Presidência deste trabalho ao brilhante Deputado proponente desta audiência pública, o meu querido amigo, Fernando Jordão. Assuma o meu lugar aqui para tocar os trabalhos.

Obrigado, e boa sorte a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Boa tarde a todos.

Agradeço a presença ao Dr. Marcelo Amorim, ao Dr. Marcelo Mafra, ao Dr. Rafael Jaen Williamson. Desde já, manifesto a nossa indignação com a ausência do Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc. É um assunto de importância para que haja transparência nos recursos provenientes do desastre ambiental, do vazamento de mais de 3 mil barris em operação no Campo de Frade, perto de Macaé e Campos, divulgado pela mídia, nacional e internacional. É uma pena que o Secretário do Meio Ambiente Carlos Minc, do Estado do Rio de Janeiro, não esteja presente mais uma vez. Aliás, ele não vem a nenhuma audiência a que a Comissão de Meio Ambiente o chama, e não sei por quê.

Fui o autor do requerimento de realização desta audiência. Vocês tiveram problema, a Chevron teve problema, e foi esta Casa que os recebeu, inquiriu, perguntou, reclamou da operação da Chevron. Então, não há nada mais justo do que a gente saber agradecer ao Presidente Penna e a todos os pares que aprovaram o meu requerimento, para saber onde nós estamos botando dinheiro, de que maneira esses 300 milhões de reais vão ser aplicados para fazer o ressarcimento social e ambiental na nossa região.

Então, para a gente iniciar os trabalhos — o Dr. Rafael Jaen Williamson pediu que falasse primeiro, eu acho que não há problema nenhum —, eu quero passar a palavra a ele.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Boa tarde a vocês.

Eu vou me permitir ajudar o meu depoimento com uma apresentação de Power Point. E vou ler meu depoimento, porque, assim, o pouco domínio da língua portuguesa não é traído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - O prazo de 15 minutos está bom?

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Está perfeito, obrigado.

(Segue-se exibição de imagens.)



Exmo. Sr. Deputado Fernando Jordão, Ilmo. Sr. Marcelo Mafra, representante da ANP aqui nesta Mesa; Ilmo. Sr. Marcelo Amorim, representante do IBAMA nesta Mesa; Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, primeiramente, agradeço pela oportunidade de contribuir para os trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa e também de demonstrar o nosso compromisso com o Brasil e o meio ambiente.

O compromisso da Chevron com o Brasil vem desde 1915. Durante esses anos, tenho participado da construção do atual estágio de exploração do petróleo no Brasil, bem como do desenho do futuro dessas atividades estratégicas para o País. A empresa atua em todas as etapas da cadeia de valor do setor energético e também investe em tecnologias avançadas. As atividades da Chevron no Brasil vão desde a exploração de petróleo em águas profundas e operações de produção de petróleo e gás, até a fabricação e distribuição de lubrificantes e de aditivos químicos.

A Chevron iniciou suas atividades de exploração e produção de óleo e gás no Brasil em 1997, acompanhando a decisão do Governo brasileiro de abrir as portas do setor de petróleo para investimentos privados.

Em 1999, a empresa teve a concessão do Campo de Frade, e foi em 2009 a primeira produção desse campo. Hoje, a empresa detém participação na exploração e produção de quatro projetos em águas profundas no Brasil como operadora no Campo de Frade e como não operadora nos Campos Papa-terra e Maromba, com 30% de participação, todos na Bacia de Campos. A Chevron é parceira da PETROBRAS em todos eles. Depois da nossa participação com sucesso na 11ª Rodada de Licitações, adquirimos um bloco na Bacia do Ceará, em parceria com a ECOPETROL. O Campo de Frade é o primeiro projeto de exploração e produção de petróleo da empresa no País. A Chevron Brasil opera e detém uma participação de 51,7% desse campo em parceria com a PETROBRAS e Frade Japão Petróleo Ltda.

A Chevron Brasil tem hoje cerca de 850 colaboradores e aproximadamente 2.500 contratados indiretos no País, sendo a maioria deles brasileiros. A Chevron também investe no treinamento desses colaboradores, contribuindo para a profissionalização técnica no setor de óleo e gás. Desde 2010, investimos, aproximadamente, 12 milhões de reais em projetos sociais, beneficiando mais de 16 mil pessoas, direta e indiretamente. O objetivo é incentivar a geração de



oportunidades econômicas para meninas e mulheres dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Também trabalhamos no diálogo constante com as comunidades pesqueiras nas regiões onde atuamos, realizando ações de conscientização para a segurança da navegação. Desenvolvemos, ainda, cinco projetos de inclusão social, com a participação de mulheres das comunidades pesqueiras da região de Itapemirim, no Espírito Santo. Como parte do nosso compromisso regulatório, investiremos também, até o ano de 2014, cerca de 43 milhões de reais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. O investimento beneficia projetos de graduação, mestrado e doutorado em Engenharia, Geologia e Meio Ambiente em algumas das maiores universidades do Brasil, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A Chevron Brasil é uma empresa brasileira comprometida com a responsabilidade ambiental e segurança operacional e com o desenvolvimento do setor energético do Brasil, compartilhando tecnologia de ponta, tanto na exploração e produção de petróleo e gás, quanto no desenvolvimento de derivados de petróleo.

Nossa presença no Brasil passa pelo largo aprendizado decorrente dos incidentes de novembro de 2011 e março de 2012 no Campo de Frade. A Chevron deu prioridade à direta, imediata e efetiva resposta aos eventos, à proteção à vida humana e ao meio ambiente. Assim que foi identificado o vazamento em novembro de 2011, suspendemos as atividades de perfuração no campo, fechamos o poço que estava sendo perfurado e demos início ao plano de emergência individual da companhia, previamente aprovado pelo IBAMA. A empresa se mobilizou imediatamente, acionando recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a resposta ao incidente. Controlamos a fonte em menos de uma semana, tempo considerado em linha com as melhores práticas da indústria. Em março de 2012, um novo afloramento no fundo do mar foi identificado a 3 quilômetros de distância do primeiro incidente. Não há qualquer relação entre um e outro. Imediatamente, como medida de precaução, e seguindo nossas políticas internas de segurança operacional, interrompemos, voluntariamente, nossa produção no Campo de Frade.



A interrupção deu lugar a análises e estudos multidisciplinares da geologia da área, que resultaram em ações para garantir a segurança do retorno da produção. É importante ressaltar que no Campo de Frade não há mais vazamento de óleo. As gotículas de óleo residual que estavam presas na rocha por meio das fissuras, que porventura exsudem, estão sendo direta e permanentemente coletadas por um sistema de contenção submarino desenvolvido no Brasil pela Chevron e instalado no leito marinho.

A pequena quantidade de óleo residual contida é monitorada, coletada, trazida para a superfície e transferida para tanques sobre FPSO, sem qualquer contato com o meio ambiente.

Analisando os dados obtidos mês a mês, é possível afirmar que o volume está decrescendo, tendendo a cessar completamente. Atualmente, estamos coletando menos de 1,7 barris por mês nos dispositivos de contenção referentes às duas áreas. Recebemos autorização da ANP e do IBAMA, em abril de 2013, para o retorno da produção.

O retorno da produção no Campo de Frade foi feito com segurança e de modo a proteger a integridade do reservatório. Somente 4 de 11 poços foram reabertos. Não está sendo feita injeção alguma no reservatório e não haverá atividades de perfuração nesse momento.

O procedimento de volta à produção no Campo de Frade estabelece um estado da arte de protocolo de segurança no País. Atendemos plenamente os requisitos regulamentares da ANP, com destaque ao sistema de gerenciamento de segurança operacional e desenvolvimento e produção. Foram adotados critérios de modo a manter condições de pressão estável nos reservatórios e atenuar as preocupações associadas com a geologia do campo.

As taxas atuais de produção são de aproximadamente 17 mil barris por dia, o que equivale a menos de 30% da taxa de produção diária na época em que a produção foi voluntariamente fechada. Além disso, a Chevron não poupou esforços nem recursos tecnológicos e financeiros para resolver os dois incidentes. Continuamos monitorando constantemente as áreas através do ROV, que são os robôs para as operações no fundo do mar, e fazendo sobrevoos diários e imagens de satélite.



Estudos já apresentados às autoridades competentes, ao Ministério Público e em juízo indicam que nos incidentes de novembro e de março nenhum óleo atingiu a costa brasileira, não houve registro de que tenha havido um único espécime de peixe, baleia, golfinho, tartaruga, ave marinha que tenha sido afetado pelo incidente, encontrado de alguma forma debilitado ou encontrado morto.

Nas comunidades planctônicas não foram identificados impactos significativos, muito menos impactos permanentes ou irreversíveis. Não há qualquer indício de risco à saúde humana. Também não houve impactos relevantes nas atividades socioeconômicas, como a pesca ou o turismo da região. Ninguém morreu ou ficou ferido. E essas são as conclusões não apenas dos estudos contratados pela Chevron, mas também de estudos da Marinha e dos peritos da Polícia Federal.

Gostaria de reiterar, mais uma vez, o nosso compromisso com o Brasil e com o desenvolvimento sustentável do setor e óleo e gás no País. A Chevron Brasil assume a responsabilidade e trata com a maior seriedade os incidentes de Frade. Entretanto é preciso deixar claro: não há equiparação em tamanho, muito menos em impacto ambiental, entre os incidentes do Campo de Frade e os incidentes do Alasca e do Golfo do México. Esses outros dois incidentes foram utilizados como parâmetros para o estabelecimento das ações civis públicas. No entanto, gostaríamos de desmistificar isso, pois esses incidentes são de magnitudes e impactos expressivamente superiores aos incidentes do Campo de Frade. Não guardam qualquer similaridade, que é o que a gente tentou explicar graficamente. O verde seria o incidente do Golfo do México, o amarelo corresponde ao volume vazado no incidente do Alasca, e aquela linha quase que não dá para ver seria o equivalente em volume do vazado no incidente no Campo de Frade.

Os impactos: no caso do Alasca, além de bilhões de peixes mortos, mais de 500 mil aves marinhas, 22 baleias orcas e 5 mil lontras foram mortas; uma faixa de 2 mil quilômetros de costa foi atingida pelo óleo; foi suspensa a pesca do arenque por 15 anos; foram atingidos dois dos três maiores portos de pesca americanos. E, no caso do Golfo do México, quando o óleo ficou vazando em grandes quantidades por mais de 89 dias, o óleo atingiu cinco Estados americanos, com dramáticos danos à flora, à fauna e à socioeconomia daqueles Estados, e houve também a morte de 11 pessoas.



Queremos demonstrar que, mesmo não havendo prova alguma de dano ambiental, mas assumindo a responsabilidade pelos incidentes do Campo de Frade, como, aliás, fizemos desde o início, a Chevron Brasil, com o Ministério Público e as agências reguladoras, assinou em 13 de setembro um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC.

O TAC é uma solução para as ações que estavam em juízo. Em vez de longas e desgastantes disputas na justiça, selamos um acordo com benefícios imediatos e tangíveis para a sociedade.

Com o TAC em vigor, a Chevron Brasil se compromete com obrigações de natureza preventiva e de precaução, bem como de natureza compensatória. Com as obrigações de natureza preventiva e de precaução, nos comprometemos a implementar uma série de novos requisitos técnicos e operacionais no Campo de Frade, para, assim, elevarmos o patamar de segurança operacional da indústria de óleo e gás. Não mediremos esforços para alcançar esses objetivos.

Estamos em conformidade com todas as obrigações requeridas pela ANP e estamos, agora, nos concentrando no processo de implementação das obrigações preventivas acordadas com o IBAMA, como descrito no TAC.

Para as ações compensatórias, a Chevron Brasil vai investir 95 milhões e 160 mil reais para implementar projetos socioambientais com benefícios diretos para as comunidades costeiras. Essas obrigações compensatórias têm como objetivos principais, entre outros: a conservação da biodiversidade no litoral; o uso sustentável dos recursos pesqueiros; o fortalecimento da pesca artesanal e a educação ambiental.

A decisão sobre quais projetos socioambientais receberão os recursos do TAC é de responsabilidade do Ministério Público. O início da execução desses projetos está previsto em um cronograma apresentado no TAC.

Vimos aqui hoje, Srs. Deputados, reiterar nossa parceria com o Brasil na construção de um setor de exploração de óleo e gás no País ainda mais forte, com o desenvolvimento de uma operação ainda mais segura. Reafirmamos nosso compromisso com a sociedade, participando abertamente, de forma ética e responsável, dos debates pelo fortalecimento do setor de regulação e de prevenção de incidentes com potenciais impactos no meio ambiente e na economia.



A Chevron possui rigorosos padrões de segurança. Priorizamos a saúde e a segurança da nossa mão de obra, e a proteção ao meio ambiente. A Chevron, senhoras e senhores, é parceira econômica e operacional da exploração de óleo e gás em águas profundas no Brasil, mas também é parceira institucional transparente e participativa na busca de soluções técnicas e normativas para o desafio dessa nova fronteira.

Em nome dos meus colegas e colaboradores na Chevron, agradeço a oportunidade de reafirmar nosso compromisso com o Estado brasileiro e com a sociedade brasileira, com suas leis, com seu meio ambiente, e com o seu desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Bom, depois a gente vai começar a fazer as perguntas, mas antes vou passar a palavra à Agência Nacional do Petróleo, aqui representada pelo Dr. Marcelo Mafra.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Exmo. Deputado Fernando Jordão, boa tarde! Boa tarde aos demais membros da Mesa, a todos os presentes e àqueles que estão nos assistindo pela Internet!

Eu gostaria de agradecer-lhe a iniciativa, Deputado, desta audiência pública. Isso é sempre positivo, pois traz transparência às ações das entidades envolvidas nesse incidente do Campo de Frade, sejam elas entidades públicas ou privadas. Em se tratando de transparência, a ANP reforça esse exercício, de forma que informações relevantes estão à disposição da sociedade na página da Internet da Agência Nacional do Petróleo. Lá vocês vão encontrar informações sobre agenda regulatória, planejamento estratégico, aplicação de multas nos agentes regulados, multas que foram pagas, uma série de informações que trazem para a sociedade o que o agente regulador vem fazendo na defesa da sociedade.

Então, parabéns pela iniciativa de fazer esta audiência.

Nós, na ANP entendemos que esta audiência pública tem o foco na previsão do Item 2.2.3 do TAC — Termo de Ajuste de Conduta, na qual a Chevron Brasil se compromete à execução de medidas compensatórias no valor de 95 milhões e 160 mil reais, que deverão representar benefícios imediatos e efetivos de natureza socioambiental, conforme projetos a serem previamente aprovados pelo



compromitente, que é o Ministério Público, e ouvidos os seus intervenientes — a ANP e o IBAMA.

No nosso entendimento, apesar de essa previsão do Item 2.2.3 se referir aos intervenientes — ANP e IBAMA —, a gente entende que o IBAMA é que tem a competência para fazer a avaliação de projetos compensatórios de caráter socioambiental. Então, é bom deixar isso reforçado.

Sobre esse prisma, eu trouxe uma apresentação mais enxuta, executiva.

E está presente aqui, também, na sessão, o Dr. Tiago Macedo, Procurador-Geral da ANP, que participou ativamente da elaboração do TAC, junto com o Ministério Público. Ele está à disposição também para oferecer subsídios e detalhamentos a respeito do TAC. Está também presente o Dr. Hugo Affonso, Superintendente-Adjunto de Segurança Operacional e Meio Ambiente da Agência Nacional do Petróleo, que também traz importantes detalhes técnicos sobre as operações que foram executadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Isso já foi apresentado pelo Dr. Rafael Williamson. São dados básicos sobre o Campo de Frade, localizado ao norte da Bacia de Campos. Lâmina d'água de aproximadamente 1.100 metros. Ele está distante da costa 113 quilômetros e tem uma área total de aproximadamente 154 quilômetros quadrados. O operador desse campo é a Chevron, e tem, em consórcio, a PETROBRAS, com 30%, e a Frade Japão Petróleo, com 18,3%.

A produção do campo teve início no ano de 2009, atingiu o pico de produção em 2011, com 88 mil barris/dia. E lá existe a unidade estacionária de produção que é a FPSO Frade, com capacidade de processar 100 mil barris/dia, comprimir 3 milhões de metros cúbicos de gás/dia, e capacidade de estocar de 1 milhão e meio de barris.

Então, passemos às medidas administrativas.

Logo após o incidente, houve a interrupção das atividades de perfuração até o término das investigações. As investigações ainda estão ocorrendo, então a vigência dessa proibição permanece. Houve a interdição da injeção de água no campo, e aí ocorreram uma série de fiscalizações e investigações do acidente.



Durante essas investigações foram constatadas: 22 não conformidades, irregularidades, com foco em segurança operacional; duas irregularidades pelo não atendimento de notificação; e uma no plano de abandono. No total, foram quantificadas 24 infrações, totalizando uma multa de 36 milhões e 650 mil reais, dos quais foram recolhidos 25 milhões e 592 mil reais. O valor inicial teve o desconto de 30%, por conta de não se buscar o recurso para a segunda instância.

As 22 infrações ali indicadas, nesse quadro azul, são infrações relacionadas à Resolução ANP nº 43, de 2007, do sistema de gerenciamento de segurança operacional; e a infração do plano de abandono está relacionada à Portaria nº 25, de 2002, de abandono de poço.

Ou seja, a operadora não conduziu as operações de maneira diligente, eficiente, apropriada, de acordo com as melhores práticas da indústria de petróleo e gás; desrespeitou disposições contratuais, legais e regulamentares, normas e procedimentos de segurança; e deixou de adotar as medidas necessárias para a segurança das pessoas e dos equipamentos para a proteção ao meio ambiente. Isso determinou os autos de infração que foram aplicados, a continuidade das investigações que permanecem e a elaboração do Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público Federal.

Nesse termo, que a gente chama de TAC, no item 2.1.4 estão definidas as obrigações de natureza preventiva relacionadas à ANP. Então, fica definido no TAC que a operadora deve sanar as não conformidades integralmente; alterar a sua estrutura organizacional, buscando equalização de forças entre decisões das atividades operacionais e a gestão de risco; a reestruturação da área de SMS, com foco na segurança de poços e segurança de processos; a reestruturação da área de relacionamento institucional, buscando mitigar e reduzir as deficiências que prejudicaram a divulgação das informações relevantes para a sociedade e para as instituições de Governo; estabelecer estrutura mínima no Centro de Comando de Crise da Chevron; revisar procedimento de operações simultâneas; e treinar o quadro de recursos humanos, seja da própria operadora, seja da prestadora de serviço Transocean, buscando melhorar o controle avançado de poço, gestão de riscos, gestão de mudanças, investigação de incidentes.



Além disso, elaborar e implementar manual definindo critérios ou premissas de projeto de construção de poços; manter ferramentas específicas de perfil de temperatura disponível para embarque imediato; manter sistemas submarinos de coleta de óleo, filmagem submarina e monitoramento aéreo até que não mais se observe exsudação de óleo no mar; e realizar auditoria de terceira parte.

Hoje o que existe? Foram de fato instalados coletores em todos os pontos de vazamento; o monitoramento diário, através de filmagens submarinas com utilização de ROVs está ocorrendo; sobrevoos diários; cenas por satélite, também. E, por meio desses dados que estão sendo enviados à ANP, a gente verifica que o fluxo de óleo que é capturado pelos coletores é decrescente, então o escape de óleo que está sendo coletado pelos sistemas de segurança é decrescente.

E aí também, em abril de 2013, foi autorizado o retorno à produção do campo.

É importante observar que a Agência Nacional do Petróleo está à disposição para debate, para esclarecimento de quaisquer demandas, sejam elas técnicas, sejam elas de natureza jurídica, em relação ao TAC. E estaremos presentes neste fórum e em outros fóruns para os quais a Agência for convidada.

Reforço aqui que para qualquer demanda em relação ao TAC, o Dr. Tiago Macedo, Procurador-Geral da ANP, está presente aqui na sala, e o Superintendente Adjunto de Segurança Operacional, o Affonso, também está presente.

Gostaria de agradecer a atenção de todos, Deputado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Nós ouvimos o Dr. Marcelo Mafra, da ANP. Depois a gente vai ter algumas perguntas, tanto para o jurídico como para a área técnica.

Mas eu quero aproveitar a oportunidade aqui para agradecer e registrar a presença da Ministra Laura Donoso González. Ela é da Embaixada do Equador e está aqui como observadora. Eu perguntei à Ministra por que estaria aqui nesta audiência pública da Chevron, na qual a gente busca saber onde está sendo aplicado o dinheiro para a questão socioambiental, por conta daqueles 3.600 barris que vazaram lá no Campo de Frade. Então ela disse aqui ao meu assessor que o Equador também tem uma operação da Chevron. Não tem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Ah, já teve. Já teve. E houve problema de vazamento lá também. Então ela está aqui como observadora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Então, vou passar logo a palavra ao Sr. para responder à Ministra Laura Donoso González.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - A pergunta é se... Ela é da Embaixada do Equador, ela colocou... Então acho que é bom a gente esclarecer.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Claro. Dra. Laura, com todo respeito: primeiro, eu vim obviamente preparado para tratar do tema do Campo de Frade, dos incidentes e, particularmente, do tema do investimento social que nós faremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - É verdade, mas em deferência à presença da Ministra aqui, eu acho que a gente pode ser gentil com ela e responder.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Claro, mas, sobre as consequências, eu não vim preparado para tratar dos detalhes. A primeira coisa que eu posso falar é que o caso vigente é entre a República do Equador e a Chevron Corporation.

A Chevron Corporation é uma entidade separada, diferente da Chevron Brasil, então eu não tenho manejo dessa informação. Mas, como funcionário da Chevron, eu sei que existe toda uma gama de informações, com um *website* especial que a Chevron criou, que chama The Amazon Post — desculpem-me pelo uso do inglês, mas esse é nome do *site* — *www.theamazonpost.com*, que tem informação em português, em espanhol e em inglês, que explica bem todos detalhes sobre o caso.

O que eu posso lembrar, como velho funcionário da Chevron, é que houve uma operação há mais de 20 anos, quando a Texaco operava na América Latina, e não a Chevron. Até aí é que eu conheço os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Eu lhe agradeço. Realmente o tema aqui é o Campo de Frade, mas é importante a Ministra continuar como observadora e ver quais as compensações que foram dadas ao Brasil e àquela região — está aqui a ANP, está aqui o IBAMA, está aqui a Chevron —, região do noroeste fluminense — Macaé, Campos, aquelas cidades vizinhas. Então



eu acho que isso vai ajuda-la a formar as suas conclusões. Mais uma vez agradeço a presença da senhora aqui.

Queria também registrar a presença de três Vereadores de Angra dos Reis: o Vereador Chapinha, metalúrgico, que já construiu muita plataforma lá no BRASFELS; o Vereador Thimóteo; e o Vereador Helinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e Vereador da cidade de Angra dos Reis, também trabalhador do estaleiro BRASFELS, que faz plataformas e navios lá em Angra dos Reis. Agradeço e registro a presença de vocês.

E vou passar a palavra ao Ricardo, que é... Não, eu ia agora passar a palavra ao Dr. Marcelo Amorim, lá do IBAMA, para que pudesse também nos falar sobre tudo. É importante, inclusive porque aqui nós ouvimos a ANP, ouvimos a Chevron, e eu acho que o senhor esteve presente também nesse ajuste de conduta. Então, que pudesse nos falar se hoje há vazamento, se a Chevron voltou a operar, falar o que é importante para a questão ambiental sobre esse importante acidente, que envolveu 3.600 barris. Por mais que o Presidente da Chevron fale aqui que graças a Deus não houve morte e tudo, mas foi um vazamento substancial. Então, que queria ouvi-lo também.

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Boa tarde, Deputado Fernando Jordão, Dr. Marcelo Mafra, aqui representando a ANP, Dr. Rafael Williamson, aqui representando a Chevron, e os demais Ilmos. Srs. Deputados e Deputadas, demais participantes !

Inicialmente quero agradecer o convite. Não é o primeiro que esta Casa faz ao IBAMA, e o IBAMA sempre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - É verdade, o IBAMA está sempre presente.

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Sempre presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Eu quero aqui aproveitar a oportunidade também de abraçar aqui o meu amigo Deputado Ricardo Tripoli, que está aqui presente, também da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Inclusive essa é uma diretriz da Ministra — dar pleno atendimento à Casa —, por causa da importância que a gente sabe que tem esta Casa para o próprio desenvolvimento das políticas nacionais.



Na apresentação do TAC, senhores, nós vamos colocar os esforços do IBAMA até o momento, junto com os parceiros, com relação à celebração do TAC. Essa questão de os últimos serem os primeiros fica um pouco confusa, porque quase tudo já foi dito. Então vou tentar ser extremamente breve e, no que for de interesse, vou me delongar mais no assunto.

(Segue-se exibição de imagens.)

O caso em questão é exatamente o vazamento que deu sinistro em 9 de novembro. Os representantes do IBAMA, ANP e Marinha estiveram, já no dia 12, em vistoria em campo. Isso era véspera de um feriado do dia 15 de novembro. A partir desse instante, montou-se um grupo de acompanhamento formado por esses com três órgãos — a ANP, o IBAMA e a Marinha do Brasil — para acompanhar o item.

Aproveito o momento para chamar a atenção para o fato de que o Plano Nacional de Contingência, em um dos seus itens, veio transformar uma ação corriqueira, que é exatamente essa parceria entre os três órgãos — IBAMA, ANP e Marinha —, em caso de acidente, em instrumento factível dentro do Plano. O Plano chama nosso grupo agora de GAA — Grupo de Acompanhamento e Avaliação de incidentes. Mas é algo que já vinha sendo feito informalmente, mas de forma bastante eficiente.

Como consequência, no dia 21 de novembro foi lavrado um auto de 50 milhões de reais pelo derramamento do óleo em águas jurisdicionais brasileiras causado pelo incidente da Chevron e, no dia 23, foi lavrado um outro auto contra a Chevron por deixar de atender a condicionantes do PEI — Plano de Emergência Individual, um documento que faz parte do processo de licenciamento. Nesse documento, a empresa já descreve as prováveis ações que deverá adotar quando de um incidente. Já há ali uma previsão de quais instrumentos estariam disponíveis para isso. Daí, foram lavrados esses dois autos.

Então, detalhando, um dos autos, o de 50 milhões de reais, está no processo administrativo do IBAMA, com essas características.

Esse aqui é outro referente ao Plano de Emergência Individual, baseado na licença de operação de 2008, na condicionante específica 2.5, que trata de aplicação de instrumentos.



E a situação atual é esta: a Chevron pagou as multas referentes ao IBAMA, no caso, 60 milhões de reais mais as correções. O desconto de 30% previsto foi o recolhimento de 42 milhões 857 mil e 10 reais. Aí já entra aquela parte de correções do dia da aplicação da multa ao dia do pagamento efetivo.

Vale destacar que o TAC tem uma influência também nesse pagamento a partir do momento que, como a Dra. Gisele colocou com muita propriedade, só haveria qualquer tipo de Termo de Ajuste de Conduta se a empresa já tivesse sanado qualquer pendências junto aos órgãos que acompanharam o incidente e que lavraram auto específico: a ANP e o IBAMA. A Marinha não lavrou auto de infração nessa situação.

Com relação ao termo, nós fomos convidados, como anuentes e intervenientes, o IBAMA e a Chevron, e um dos pedidos iniciais para a celebração desse termo seria a elaboração de um laudo técnico, o que foi pedido e atendido de prontidão.

De forma resumida, o laudo conclui que há o dano independentemente de uma comprovação material. Em outras palavras, não há necessidade de haver literalmente peixes mortos, animais contaminados ou outra coisa similar para que se possa caracterizar o dano. E, aí, nós temos algo em torno de quarenta e tantas folhas. Não adianta a gente esmiuçar, mas a literatura é muito rica nisso, porque deixou claro que a poluição existiu independente desses fatos rotineiramente utilizados, de precisar achar uma ave com óleo, como foi a imagem que a gente viu bastante, recentemente, ali no Golfo, e que sempre procuravam focar, porque dizem que as pessoas ficam mais sensíveis ao ver um animal sofrendo.

Mas, fugindo um pouco, mais nem tanto, eu tive a experiência ímpar de sobrevoar o acidente do Golfo, que não tem nem comparação com o de cá. Puxo o assunto só para entender o porquê de a questão da imagem do animal contar.

Dentro do helicóptero havia várias pessoas com muita experiência em acidentes e, ao sobrevoarmos horas e horas sobre óleo, vários colegas nossos — éramos 16 no helicóptero — lacrimejaram. Gente velha chorando é uma coisa difícil de ver, mas pessoas experientes lacrimejaram pela cena fora do comum sobre o que nós estamos fazendo com a natureza. Acho que foi esse desenho, sendo desnecessário a questão de ter literalmente uma ave.



Dizem que no acidente da PETROBRAS, quando a PETROBRAS disse “recolhem as aves contaminadas”, havia menino pegando ave, se sujando de óleo e entregando lá para ganhar um dinheirinho.

Então esse parêntese é para chamar a atenção de que existem várias formas, como a que nós utilizamos, para se comprovar a poluição independentemente se ter a clássica imagem de um animal contaminado.

Especificamente no TAC, nós nos prendemos a sugerir à Procuradora-Geral Gisele Porto ações de prevenção e de precaução com relação a futuros acidentes, que por sinal estão todas escritas no item 2.1.5.

Então os itens descritos — serão três eslaides, mas já vou antecipá-los — são instrumentos que nós solicitamos, via TAC, de que a Chevron passe a dispor e que darão, de forma resumida, uma eficiência maior na resposta a um provável incidente, caso venha ele ocorrer. Torcemos para que não seja o caso, mas, em caso de acontecer, a Chevron estaria mais bem equipada, baseada nas exigências desses instrumentos, e nós, serviço público, teríamos melhor condição de monitorar os fatos no local, não necessariamente estando *in loco*.

Então os itens são, por exemplo, coleta de imagens, que deverão ser disponibilizadas em terra *on-line*; situação de se poder fazer controle e acompanhamento de manchas independentemente da luz do dia, o que seria possível com uso de infravermelho; e outros itens. Nós não precisamos nos prender a detalhes técnicos, mas todos eles têm essa intenção de precaução, prevenção e otimização dos instrumentos já existentes, para uma melhoria da eficiência na resposta da Chevron a um incidente. No caso, são sistemas instalados, no mínimo, em duas embarcações que deverão ficar 24 horas em condições de trabalhar. As imagens devem ser coletadas imaginando que pode vir acontecer um acidente. E as imagens coletadas seguiriam *on-line* para a base em terra.

Inclusive, se discute a possibilidade de ter essas imagens disponíveis também na ANP e no IBAMA através de um sistema simples de monitoramento por computador, pela Internet, coisa bem fácil, sem grandes problemas. Pelo menos você teria condições de gerir e de contribuir diretamente, sem ter necessidade de se estar no local. Seriam utilizados sensores de busca e tudo o mais, e essa



transmissão de informação seria em tempo real, pois, quanto mais rápido você tiver a informação, melhor pode ser a eficiência de resposta ao incidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Foi em novembro de 2011.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Isso.

Contratar empresas especializadas para a questão de imagens. Se os senhores de lembram bem da situação, a primeira imagem que surgiu da mancha, na época do incidente, foi uma imagem publicada em um site americano SkyTruth ou algo nesse sentido.

O incidente também serviu como experiência, tanto para o IBAMA, como para a ANP, como para a Marinha, sobre a importância de nos equiparmos melhor com todas as tecnologias hoje existentes. Assim, poderemos representar adequadamente o Governo Federal quando houver um incidente desses, com o domínio total das informações e do que realmente está acontecendo.

Teríamos, então, outra questão no caso de perfuração, que já é um caso específico de perigo. A perfuração é um dos momentos mais delicados em uma operação de extração de petróleo. Então, você teria que ter um acompanhamento de imagens de satélite, antes mesmo de qualquer possibilidade de ocorrer acidentes.

Nesse documento também foram solicitados pedidos de estudo, pois hoje há largo conhecimento de estudos que demonstram como o petróleo, como os óleos se comportam no caso de um vazamento mais comum, de uma embarcação para a parte superior do mar, da água. Agora, mais recentemente, nós temos tido no mundo inteiro acidentes no subsolo marinho. Então, nós estamos solicitando, via TAC, que se faça um estudo mais pormenorizado sobre como reage na água o óleo vindo, por exemplo, como foi o caso da Chevron, de mil metros de profundidade até a parte superior; um estudo sobre como se dá essa troca de substância entra essa gota naquela pressão até a superfície, o que ela pode perder e o que ela adquire, o que ficaria a meia água.

Já existem alguns estudos no mundo, mas não num volume conclusivo. Daí, a importância de se estudar isso. E, com certeza, não é um item que somente a Chevron irá nos suprir. É algo que tende a ser discutido nas próprias faculdades.



É importante também a questão de se ter estações meteorológicas e sistemas integrados de dados, porque há hoje várias ferramentas, como a análise de deriva de mancha, que exigem maior número de informações distintas para que cálculos possam ser feitos da forma mais realista possível. E um dos itens que contribuem de forma significativa para isso, por exemplo, é a informação meteorológica do local no momento do incidente. Daí esse pedido.

O TAC foi assinado no dia 13; existe um item que fala exatamente quais instituições serão propostas e por que essas instituições serão contempladas com recursos previstos no TAC. Esse documento, acredito, será analisado pelo IBAMA e, talvez, pelos parceiros. Mas, como disse muito bem aqui o Dr. Marcelo, no caso da Diretoria de Licença Ambiental, lá existem especialistas na questão socioambiental que irão analisar o assunto num prazo — salvo engano está no TAC — de 60 dias. E, nesse prazo, poderão sugerir alterações, modificações, não só limitadas a dizer se está bom ou ruim.

Então hoje, Sr. Deputado, ainda não temos, vamos dizer assim, como informar especificamente como se dará e para quem irão esses recursos previstos para a atividade socioeconômica. Daí, mais uma vez, quero elogiá-lo pela iniciativa de puxar esse assunto, porque tem que ser puxado antes do acontecido e não depois.

Estamos abertos para qualquer questionamento. E novamente agradecemos o convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Agradecemos ao Dr. Marcelo Amorim, do IBAMA. Gostei do que o senhor falou aí no final.

Já ouvimos as explicações dos representantes da Chevron, da ANP, do IBAMA. Eu queria registrar a importante presença do Deputado Adrian, que é um Deputado da região de Macaé; aconteceu o problema no Campo de Frade, ali naquelas imediações, Campos, Macaé, toda aquela região do noroeste. Então, é importante a sua presença. Como disse o Dr. Marcelo: para onde vai o dinheiro da compensação ambiental e social que a Chevron pagou?

Vou passar a palavra aos Deputados. Como autor do requerimento, vou ter a iniciativa; depois eu vou passar a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli e depois ao Deputado Adrian, para que façam perguntas à Chevron, à ANP e ao IBAMA.



Deputados Tripoli e Adrian, como nós somos três Deputados, para agilizar, vamos fazer todas as perguntas para depois eles responderem. Está bom assim? Então vamos lá.

A primeira pergunta que faço: qual o motivo do vazamento? A Chevron usou equipamentos não adequados na exploração do petróleo no Campo de Frade? Uma pergunta.

Segunda pergunta: há ainda algum vazamento de óleo na região?

Terceira pergunta: a Chevron voltou a operar? Está operando normalmente?

Quarta pergunta: gostaria de saber se foi pago o valor de 300 milhões de reais anunciado na grande imprensa. Manchete de *O Globo*: “Frade: acordo encerra ação contra Chevron. Petrolífera paga 300 milhões de reais em compensação por vazamento”. Esse dinheiro foi pago? Caso não, quando será pago e de que forma? A quem será pago esse valor e como? O valor pago será aplicado em quê e como?

É importante a presença do Deputado do PMDB do Rio de Janeiro, Deputado Federal que mora na cidade de Macaé, um dos maiores interessados. Quais cidades serão beneficiadas? Quem fará a gestão desses recursos? Diz também a mesma reportagem de *O Globo* que o valor de 95 milhões de reais serão destinados a projetos sociais e ambientais. Quais são esses projetos e quais cidades ou localidades serão atendidas? Quem define as cidades beneficiadas e os valores correspondentes?

Por que eu fiz essas perguntas? O relato final da palestra do Diretor do IBAMA, Marcelo Amorim... É bom lembrar, Deputado Ricardo Tripoli e Deputado Adrian, que ontem fez 2 anos do vazamento, e hoje nós estamos fazendo esta audiência pública para saber de que maneira o meio ambiente, as cidades e os pescadores vão ser ressarcidos. Eu moro numa vila de pescadores. Angra, antes de ter a BRASFELS — estão aqui os Vereadores —, antes de ter usina nuclear, antes de ter a Rio-Santos, vivia da pesca e do porto. Então, a pesca é importante para aquela região também. Depois desses 2 anos, queremos saber... Por isso, eu coloquei essas perguntas aqui.

Mais uma vez, Deputados, eu quero aqui registrar a falta de interesse do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc. Em todas as audiências que são feitas aqui, eu nunca vi o Carlos Minc. Posso estar enganado.



Estão aqui o Deputado Ricardo Tripoli, membro titular da Comissão de Meio Ambiente, e o Deputado Adrian. Não vemos o Carlos Minc, mas o IBAMA está sempre presente. Quero defender o Ministério Público, que não está presente, mas já esteve em todas as audiências que nós o convidamos; a Dra. Gisele sempre esteve aqui, muito interessada. Então, mais uma vez parabênzo o IBAMA, que está sempre presente aqui conosco, e a ANP também, inclusive com o seu Diretor Jurídico e Diretor Técnico, o que é importante.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, para as perguntas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Presidente, Deputado Fernando Jordão, inicialmente queria cumprimentar V.Exa. pela iniciativa desta audiência pública, porque ela realmente vem ao encontro da expectativa da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Congresso Nacional e também dos Parlamentares que se têm dedicado aos temas relevantes para a questão da proteção do meio ambiente.

Não sei se por felicidade ou infelicidade, na primeira audiência que houve logo que aconteceu o incidente, há 2 anos, eu estava presente. Não leve a mal aqui o representante da Chevron, porque o senhor não estava na audiência — e não é uma questão de ordem pessoal —, mas o Presidente da sua empresa no Brasil cometeu um erro gravíssimo no dia da audiência. Ele foi desmentido publicamente.

Houve uma transparência feita pela Chevron aqui dizendo que ela já tinha resolvido o problema, sedimentado o local onde havia o vazamento, e minutos depois, em outra exposição — está registrado, gravado; foi filmada essa audiência —, ele foi desmentido.

(Não identificado) - Audiência concorrida.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito.

Ficou demonstrado que o vazamento ainda ocorria naquele momento. Fizeram *photoshop* em uma fotografia simplista. Eu até o adverti: “O senhor tem muita sorte por estar depondo no Brasil, porque, se fosse nos Estados Unidos, por uma mentira dessa dimensão, o senhor sairia preso de uma audiência pública desta”.

Não sei se ele ainda está à frente da Presidência. Espero que não tenha ido para o Equador. Deve ter ido para algum outro local.



Enfim, foi uma reunião muito ruim, porque a imprensa estava aqui, apurando as irregularidades. Houve um volume enorme de pessoas aqui preocupadas com essa questão.

Tenho certa intimidade com isso, porque, quando fui Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por várias vezes multei a PETROBRAS pelo vazamento no Canal de São Sebastião, em Ilhabela, por várias vezes, ou por problemas dos navios ou por problema de, na hora, eles não fecharem o local que eles utilizam para despejar o volume de petróleo.

Eu sei o dano que é isso para o meio ambiente, para os pescadores — como disse o Deputado Jordão —, para os animais marinhos e também para a sociedade.

(Não identificado) - Seria a lavagem do porão?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, esse não. Esse foi vazamento de petróleo.

(Não identificado) - Petróleo...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não era água de lastro, mas petróleo mesmo. Para não esfriar dentro do tubo, eles têm que deixar o petróleo inteiro escorrer, segundo informações da PETROBRAS, para não perder o tubo. Só que quem perde é a sociedade e a questão ambiental.

Tenho uma preocupação. Serei rápido, serei breve. Tenho algumas questões. Embora tenha chegado depois — estava na reunião da minha bancada sobre a questão do marco regulatório da Internet, e por isso me atrasei para chegar a esta reunião —, gentilmente recebi aqui, dos membros da Chevron, a apresentação.

Tenho algumas perguntas, cujas respostas obviamente V.Exa. pode não me prestar agora, mas eu gostaria que remetesse à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Na questão do Campo de Frade, a Chevron diz o seguinte, *“que, em novembro de 2011, havia afloramento identificado a mais de 100 quilômetros da costa”*. E aí, em um dos itens, diz o seguinte, *“que o volume que chegou ao ambiente marinho foi de aproximadamente um barril”*.

Será que não houve um erro aqui? Um barril? Se foram vazados 3.700 barris, eu acho estranho. Não sei como se justifica isso. Mas, enfim, se for uma simples



correção ortográfica, seria bom que fosse feita, porque essa apresentação é pública, é de domínio público hoje, a partir do momento em que foi feita aqui.

A segunda questão que levanto é a seguinte: os estudos demonstram que não houve dano relevante... Depois, o outro questionamento é sobre: Não houve danos relevantes à vida marinha...

Não há a mínima possibilidade, em um derramamento de 3.700 barris de petróleo, de não termos danos ambientais para o ecossistema marinho, porque tem lá passagem de golfinhos, passagem provavelmente de baleias jubarte, peixes de várias espécies, os corais que ficam lá. Esse material, embora haja possibilidade de ficar ainda em superfície, se desloca, porque, com as correntes marítimas, esse petróleo não fica estagnado no local onde houve a vazão. Então, são questões extremamente relevantes.

O segundo aspecto, já levantado pelo Deputado Fernando Jordão, que me preocupa, é o volume e a discrepância de números existentes. Primeiro, eu vejo que existem ações indenizatórias civis da ordem de 17 bilhões de reais. O acordo da Chevron, segundo informações que nos chegaram aqui, são da ordem de 300 milhões, sendo que 95 milhões foram aportados para projetos sociais. Eu gostaria de solicitar à Chevron que nos envie quais são os serviços sociais que receberam a destinação de 95 milhões, se há algum parque nacional, alguma Unidade de Conservação ou se a própria estrutura marítima tem recebido esses aportes.

Depois, eu vejo que a ANP faz aqui referência a uma multa de 35 milhões e 650 mil, aproximadamente, que, segundo dados os descontos, parece-me que assim foram apresentados: 25 milhões e 592 mil. Então, se a ANP pudesse fornecer esses valores à Comissão seria muito bom, porque nós saberíamos exatamente para onde vão esses recursos.

Quanto ao Termo de Ajustamento de Conduta feito com o Ministério Público, também eu acho que cabe à Dra. Gisele nos informar para onde esses recursos estão sendo destinados. É uma função nossa de fiscalização e de controle desses recursos, obviamente, saber das suas aplicações. Nós tivemos vários problemas. A questão ambiental ainda tem muitos problemas. Está aqui o representante do IBAMA, que, com certeza, tem essa informação. Os passivos ambientais, quando são destinados, muitas vezes não vão para os cofres de destinação, vão para o



Ministério da Fazenda; no caso dos Estados, vão para as Secretarias de Fazenda — e é por isso que, às vezes, os secretários não têm interesse em comparecer às reuniões —; e, nas Secretarias de Fazenda, não vão para áreas afins, ou seja, não chega ao local onde houve o incidente. Acho que são questões que nós temos que levantar, não que queiramos que isso ocorra, mas, havendo isso, temos uma legislação específica de meio ambiente, que é a Lei dos Crimes Ambientais, que, inclusive, deixa muito claro a respeito da aplicação desses recursos.

Portanto, Presidente, eu não vou me alongar mais aqui. Deixo os meus questionamentos e as minhas solicitações, no sentido de que V.Exa. possa obter, através da Comissão de Meio Ambiente, esses dados que serão importantes para dar continuidade a esta audiência pública que se inicia hoje, mas, com certeza, teremos desdobramentos durante um bom tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Deputado Ricardo, são muito pertinentes as perguntas de V.Exa. Eu também tenho esta preocupação: para onde está indo o dinheiro? Então, acho que nós poderíamos deixar aqui registrado e pedir ao Presidente da Comissão, Deputado Penna, que enviasse um ofício ao Ministério Público para que uma comissão nossa participasse, com o IBAMA, com a Chevron, com as cidades de meio ambiente, para vermos, com transparência, onde está sendo aplicado esse dinheiro, porque nós não moramos aqui em Brasília, nós moramos nas nossas cidades. Então, vou deixar registrado isso aqui, e vamos encaminhar ao Presidente Penna.

Eu queria passar a palavra ao Deputado Federal Adrian, que é um Deputado que viu de perto, porque mora na cidade de Macaé. É importante a sua presença aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Muito obrigado, Deputado Fernando Jordão. Quero dar a minha boa-tarde ao Marcelo Amorim, Marcelo Mafra, Sr. Rafael Jaen Williamson. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes!

Na ocasião do acidente, nós tivemos audiência pública aqui em que estava o Presidente da empresa. Na verdade, naquele momento, a empresa foi totalmente massacrada. As reclamações foram muitas. Eu, naquela ocasião, até tive um pouco de ponderação por nascer e ser criado no Município onde está a maior parte da



logística da produção de petróleo nacional. Ali estão instaladas as empresas, a PETROBRAS. Dali saem todos os voos para as plataformas. E nós conhecemos de perto as necessidades e os problemas.

Eu falei, naquela época, quando a maioria dos Deputados falava em quebra de contrato, em paralisar o contrato da empresa, que nós tínhamos que ter um pouco mais de ponderação, pois aquele não foi o primeiro acidente, nem seria o último. Nós tivemos vários acidentes. Infelizmente, no nosso País, precisa haver acidentes para se consertar o que está errado.

Tivemos um acidente na plataforma, não lembro bem o ano, no qual a baleeira caiu em uma parte. Morreram várias pessoas, inclusive amigos meus. A partir daquele momento, foi instituída a obrigação do curso de salvatagem para qualquer pessoa que vá para as plataformas. Depois do acidente é que foi feito isso.

Naquela ocasião do acidente com a empresa Chevron, do vazamento, eu cobre a fiscalização dos órgãos governamentais, ANP, IBAMA, porque nós estamos entrando em uma era do pré-sal, uma produção muito mais complicada do que nós tínhamos. Então, teremos mais problemas.

Mas o que precisamos, na verdade, é de uma resposta imediata. E aí vêm as minhas perguntas, pois a minha região foi penalizada. Nossos pescadores foram impedidos de pescar. Por sorte, esse vazamento não chegou às nossas praias, mas essa possibilidade gerou um momento de pânico em toda a região, com prejuízo enorme para os nossos pescadores. Até onde eu sei, nossos pescadores ficaram no prejuízo, nossos Municípios continuaram no prejuízo.

Estou sabendo que a empresa pagou 42 milhões em multas. O jornal deu que seriam 300 milhões. Não sei qual acordo foi feito. Essas multas são para compensação. Compensar o que e a quem? Quem foi compensado? O amigo Deputado acabou de falar: *“Essa compensação foi realmente a quem merecia ou foi para outro setor que não tem nada a ver com esse problema?”*

O que nós sabemos, na região, é que compensação nenhuma chegou a quem deveria chegar. Volto a falar: tivemos problemas sérios com as famílias dos pescadores da região, até hoje nenhum foi compensado. Os Municípios em questão não foram compensados.



A minha pergunta é: compensou, foi pago, mas compensou o quê e a quem?
Essa é a minha pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - É importante — não é, Ricardo Tripoli? — ter um Deputado lá de Macaé.

Você não viu, até agora, chegar compensação nenhuma lá? Ninguém falou nada? E acho que essas perguntas que nós colocamos a Chevron pode responder, mas vocês podem também... Porque a Chevron vai falar a parte dela. Acho que vocês acompanharam.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Se me permite, esqueci de falar... Na época do acidente, quando pediam quebra de contrato, quando eu falei que ponderei, acidentes vinham acontecendo... Lembrei também que eu sei que essa empresa, só na minha cidade, tem 4 mil funcionários — 4 mil famílias que dependiam dela. Se aquele contrato fosse quebrado, o que seria feito com as famílias?

Então, nós não estamos aqui para crucificar A ou B. também não estamos aqui para elogiar A ou B. O que queremos é que justiça seja feita, que o dinheiro seja pago, que a compensação — e já está no nome “compensação” — seja compensada àqueles que realmente têm que ser compensados, e que até agora não foram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Obrigado.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Vou tentar responder na ordem em que recebi as perguntas, o mais fielmente...

S.Exa. perguntava sobre o vazamento e o porquê de equipamentos não adequados. Eu ficaria muito suspeito se saísse aqui defendendo equipamentos. Nós tínhamos e temos uma operação que respeita o rigor da indústria. As nossas normas de operação são de classe mundial.

Houve um incidente, sim, em novembro de 2011, muito brevemente, que é produto de uma sobrepressão num posto, uma ativação imediata do *blowout*



preventer, que é uma série de válvulas que são desenhadas para conter o influxo de petróleo para trás.

Só que essa ação provocou uma reação na geologia do solo. Criou umas fissuras, que estavam lá antes ou depois, hoje não sabemos, e deixou escapar o petróleo, que foi o que provocou o verdadeiro vazamento. O vazamento não acontece através do equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Talvez tenha sido um erro na prospecção, na sondagem? Podem ter utilizado um equipamento não adequado? Acho que a ANP pode complementar também.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Sim, sim. Por isso o que eu falei... E não quero colocar na palavra da ANP a resposta. Estou descrevendo como eu vejo.

A nossa operação foi uma operação responsável. Não ficou contido em patente ou documento nenhum de infrações que houve negligência na operação. Mas outra vez: não vou responder aqui pela ANP. Seria uma falta de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Não. Eu sei.

Mas há motivo técnico? Qual foi o diagnóstico?

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Claro. Penso que houve uma sobrepressão súbita. Acionaram as válvulas, a válvula do *blowout preventer* — BOP. Isso acontece imediatamente antes de o petróleo escapar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Isso inclusive foi falado à época na audiência, uma superpressão no sistema.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Mas outra vez: o equipamento, a tubulação, a construção, a engenharia por trás disso era adequada às normas rigorosas da indústria. Insisto: vou deixar o representante da ANP responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Existe de a possibilidade desse tipo de problema acontecer em outro poço?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Olha, no momento, a injeção está proibida. Não existe possibilidade de fazer outras perfurações. A produção retornou, mas com a própria pressão do reservatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Com aquele sistema não?



O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Não. Na verdade, não há autorização. A Chevron está impedida de perfurar no campo e de injetar fluido para recuperação de óleo.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Outra vez, resumindo, pondo mais enfaticamente. Nós não estávamos usando equipamento nenhum que não cumprisse com as normas e com o rigor da indústria.

A segunda pergunta era: “*Está vazando ainda?*”. Tecnicamente, para nós não está vazando. Há um petróleo, um óleo, que está contido na geologia, que está suando em forma de gotículas. Estamos está capturando esse óleo por um sistema submarino de contenção, que nós desenhamos. Estão instalados em ambas as áreas: na área do incidente de novembro e na área do incidente de março.

Nós não chamamos tecnicamente de vazamento, porque essas gotículas não entram em contato com a água do mar. São contidas, transferidas para a superfície em um tanque especial e levadas para a FPSO, onde são colocadas em tanques especiais para posterior processamento da água oleosa.

Estamos operando hoje? Foi a terceira pergunta de S.Exa. Sim, estamos operando quatro dos onze poços. Depois de termos feito estudos, apresentamos requerimentos à ANP. Eles fizeram perguntas. Acho que nós satisfizemos todas as perguntas. Eles autorizaram o retorno à produção. Não estamos nem injetando água, nem perfurando nos quatro poços, que são operados com a pressão natural desse reservatório. Isso passa a tranquilidade de que não há alteração outra que a extração do petróleo. Nós estamos monitorando muito cuidadosamente o comportamento, o perfil de pressão desses reservatórios.

É bom sublinhar que, mesmo com o retorno à operação no final de abril, a gente não tem notado nenhum aumento dessas exsudações da gotícula. Pelo contrário, está reduzindo exponencialmente o volume que está aparecendo. Então, essa é uma boa notícia.

Disse, na minha apresentação, que nós estamos hoje produzindo em termos de 17 mil barris, que é apenas uma fração do que a gente estava produzindo anteriormente ao incidente, quando a gente estava injetando água e quando havia uma operação plena dos 11 poços de produção.



A quarta pergunta que S.Exa. faz é quanto aos 300 milhões de reais anunciados em dezembro. Aqui eu me permito tentar fazer um esclarecimento. Quando foi feita a audiência pública pelo Ministério Público, no Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado, era para apresentar a ideia ou o projeto, se podemos chamá-lo assim, de um TAC — termos e as condições. Falava-se de uma quantidade aproximada de 300 milhões de reais, porque são os 95 e tantos milhões para as obrigações compensatórias socioambientais, mais aqueles custos estimados de tudo que os Dr. Mafra e Amorim falaram aqui, das embarcações adicionais, de nova tecnologia, do radar.

Esse número de 300 — lembro-me de que foi uma coisa como 311 milhões — o Ministério Público decidiu tirar, eu acho que por sugestão da ANP e do IBAMA, porque não deve haver uma limitação de quanto a Chevron deve investir ou pagar para o melhoramento do nosso patamar tecnológico e de prevenção de incidente. Então, nós estamos dizendo facilmente que pode ser muito mais de 300 milhões, e a Chevron não tem problema nenhum com isso.

A Chevron, como uma empresa responsável — e nós nos consideramos parceiros do Brasil nessa área de petróleo e gás —, quer ter certeza de que a nossa operação represente isto mesmo: um novo patamar de segurança operacional. Isso vai custar mais de 300? Nós estamos dispostos a fazer frente a esse tipo de obrigações.

Então, ficaram contemplados no corpo do TAC os 95 milhões, 161 mil reais para projetos socioambientais, que depois eu volto com o Deputado Ricardo Tripoli para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Dr. Rafael, mas, além desses 95 milhões de reais, há outras previsões ainda? O IBAMA participa desse TAC? Ainda há outros projetos com outros valores ou não? No momento, só há 95 milhões de reais?

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Para projetos socioambientais. Todos os outros dinheiros das embarcações, do radar, dos estudos são outros custos adicionais. Preferimos todos — o Ministério Público, a ANP, o IBAMA — não colocar uma quantidade limitante, porque pode perfeitamente ser muito mais do que isso. A Chevron está falando e vamos pagar o que temos que pagar para comprometer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Por isso, Deputado Ricardo Tripoli, Deputado Adrian, é importante que esta Comissão de Meio Ambiente esteja sentada lá, para que a gente acompanhe.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Então, acho que ambos Deputados fizeram uma pergunta sobre onde está esse dinheiro, quando pagamos, quem pagou. O TAC foi assinado em 13 de setembro, se a memória não me falha, e foi posteriormente homologado pelo juiz. Então, o TAC contém o cronograma que estipula os tempos necessários para que o Ministério Público receba sugestões ou propostas de projeto tanto do IBAMA como da ANP, para, então, que o Ministério Público apresente para a Chevron e diga: *“Esses são os projetos que vocês devem considerar”*, e a Chevron voltar com um cronograma — espero não errar — físico-financeiro da execução desses projetos, idealmente através de uma organização que tenha competência de execução de projetos socioambientais.

Então, como o colega Amorim comentava anteriormente, a gente está no prazo dos 60 dias em que o Ministério Público está recebendo ideias. Nós, a Chevron, ainda não assinamos cheque nenhum porque não é um pagamento; é financiar projetos. Nós estamos prontos, o dinheiro está aí, mas a execução dos projetos será de acordo com os que forem escolhidos, para as localidades escolhidas. E eu tenho certeza de que o IBAMA e principalmente o Ministério Público vão saber escolher quais são as melhores comunidades costeiras ou do litoral para esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Inicialmente o valor desses projetos é em torno de 95 milhões de reais. Além disso, vocês pagaram as multas ao IBAMA e ao INEA? É outra coisa?

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Pagamos todas as multas sem contestar nada. Tínhamos diferenças técnicas, é óbvio, mas a gente pagou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Isso já foi pago? O cheque já saiu da empresa?

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Já, já. Pagamos, sim, tanto as multas do IBAMA como as infrações da ANP. Isso tudo aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Houve multa também do INEA ou foi só do IBAMA?



O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Não, não. O INEA não autuou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - É o IBAMA, porque é em caráter nacional. Licenciamento é função do IBAMA.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - A Marinha também fez o apuramento deles e não autuou a empresa. Continua acompanhando esse monitoramento diário que a gente faz, com sobrevoos, porque eles estão interessados em continuar aprendendo.

S.Exa. pediu que eu remeta a esta Comissão os estudos. Fico comprometido, porque há um estudo interessante, tanto os que a Chevron me encomendou, pediu, como os estudos da Política Federal e da Marinha, para chegarem à conclusão de que não há evidência alguma de danos ambientais à flora e fauna marinhas.

A verdade é uma coisa: o fato é o fato e nós nunca o negamos. O fato é que o petróleo chegou ao contato do mar. O objeto do TAC é exatamente este: petróleo no mar, que o colega Amorim chamava de poluição. De fato, esse é o objeto TAC, e não outras coisas.

Quando nós fazemos referência a que não houve dano ao meio ambiente, à vida humana, a baleias e tudo, entendam por que fazemos essa referência. Primeiro pelo fato dos estudos feitos e, segundo, porque a gente estava diante de duas demandas civis de 20 bilhões cada uma. Então, a gente tem que usar argumentos de fatos para se defender. É isso o que veio a ser discutido no ambiente do TAC.

O senhor interessantemente descobriu o que parece uma discrepância de um barril, mas esse eslaide aqui fala de dois eventos: o de novembro, de 3.600 barris; e o evento de março...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Não. Aqui fala: novembro e março e também fala de um barril, porque são as exsudações que apareceram sem relação nenhuma com o evento de novembro. Essa foi a estimativa que fizemos, de que tivesse vazado em torno de um barril.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É porque aqui o senhor fala em 2011, 100 quilômetros da costa, com o volume total vazado inferior a 3.700 barris. Em março de 2012, afloramento identificado a 3 quilômetros de distância do



primeiro, afloramento imediatamente controlado e óleo contido. O volume que chegou ao ambiente marinho foi de aproximadamente um barril.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Exatamente. São dois eventos separados e distintos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Como nós estamos discutindo a questão dos 3.700 barris, não se citou a questão de março de um barril. Eu não sei de onde esse número foi tirado. Foi a Marinha que forneceu?

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Não. Nos relatórios que temos que preparar conjuntamente com a ANP sempre tem que ter isso estimado e tem que ser de acordo com a avaliação da ANP. Mas isso vai ser parte dos estudos...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu me sinto satisfeito, até porque, como o senhor acabou de colocar, esses vazamentos foram dados e a Marinha informou que não houve danos. Acho que seria bom oficializar a Marinha para que a Marinha nos respondesse oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Deputado Ricardo Tripoli, até para complementar essa sua pergunta, acho que o IBAMA deve responder se houve algum dano ambiental, em termos de corais, peixes, botos, baleias na região em função desses 3.600 barris. Não é uma pequena quantidade!

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Uma questão aí é conseguir comprovar o dano material. O dano material não foi identificado, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Sim, sim. Mas o material é encontrar uma ave contaminada, encontrar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - A defesa do nosso laudo pega exatamente esse ponto, Deputado Tripoli, de que, independente de ter uma questão material, quer dizer, uma ave contaminada ou o que quer que seja, a poluição fica caracterizada.

O senhor está entendendo? Isso independe, porque, às vezes, é comum querer se pegar por esse detalhe: “Não, cadê a ave?” E a gente chegou à conclusão que não.

Inclusive, pode...



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Só vou lhe interromper um pouquinho. A questão da biodiversidade é muito mais ampla do que a questão dos indivíduos. Que indivíduos foram afetados, eu não tenho dúvida. Agora, se não foi rastreado e não foi localizado, é uma outra questão, é uma questão de investigação, é uma questão de fiscalização, uma questão de controle. Agora, eu não tenho a menor sombra de dúvidas: que impactou? Impactou. E de que nós perdermos e que a biodiversidade marinha perdeu eu não tenho dúvidas.

Agora, vai-se constatar se for feito realmente um trabalho em que se tenha estrutura. Até seria bom, porque, já que existem recursos disponíveis, que tivesse o IBAMA parte desses recursos para adquirir equipamentos que pudessem rastrear e nos informar. Mas, com certeza, coral foi atingido. Estou dando um exemplo. O senhor que é do IBAMA sabe a quantas essas coisas andam no Brasil.

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Eu poderia aproveitar, Sr. Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Por favor.

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - No caso da sua pergunta, Deputado Jordão, sobre o porquê do vazamento, eu vou deixar isso para o Dr. Brandão e vou me ater a outros pontos. O TAC fala, como muito bem colocou o representante da ANP, em 95 milhões e 160 mil reais. E ele fala, no item 2.3, que os intervenientes no TAC — e os intervenientes são IBAMA e ANP — deverão apresentar, até 60 dias, exatamente os projetos que contemplem medidas compensatórias e recomendações quanto aos objetivos desse projeto, etc., etc.

Da parte do IBAMA, já foram feitas, até por questão de acelerar um pouco o processo, algumas minutas, algumas sugestões, que foram encaminhadas à Procuradora. A Procuradora concordou com parte dos itens sugeridos. Esses itens já voltaram ao IBAMA, e o IBAMA está finalizando essas propostas para encaminhá-las, em definitivo, ao Ministério Público.

Nós entendemos que cabe ao Ministério Público e também — é lógico — à sociedade a publicidade desse fato, a discussão desses projetos para a sociedade. Não cabe especificamente ao IBAMA. Cabe ao IBAMA, nesse item, encaminhar à Procuradora.

Algum advogado aqui me corrija, caso eu fale uma besteira, mas em um TAC, independente de o item dizer que é o interveniente que propõe, qualquer cidadão



está apto também a propor. Não há, que eu saiba, nenhum impedimento legal nesse sentido.

Digo isso até por experiências com outros que são, por vezes, bem recebidos, bem recepcionados. E aí, acredito eu, Deputado Jordão, que a presença da Dra. Gisele, até para imaginar se ela fará uma audiência pública para discutir esse assunto ou o que quer que seja, pudesse também ser questionada talvez num ofício.

O que eu posso passar para o senhor é que, com relação ao IBAMA — e creio que posso antecipar com relação à ANP —, ela sempre nos convoca. Temos como parceria o Ministério Público, mas, desse momento em diante, eu acho que cabe ao Ministério Público, junto com a sociedade, discutir essas propostas.

As propostas que nós apresentamos foram muito direcionadas à questão de fauna, de animais encalhados, de fortalecimento de pesquisas nessa área de fauna atingida e de crescimento de mangue na região. Então, em linhas gerais, os projetos que deverão ser apresentados têm mais ou menos essa conotação. Se eles vão ser acatados ou não, como eles vão ser discutidos, passa a ser um item de competência da Dra. Gisele. E isso também ficou muito claro.

Os autos foram pagos, os 95 milhões de reais... Eu tentei fazer um cálculo aqui e imagino que a mídia tenha dito 60 milhões, porque o valor dos autos do IBAMA era de 60 milhões de reais, mas baseado no que é da lei, como obrigação. Não é nenhum favor que o desconto lá previsto caia. A mesma coisa ocorre com os 36, que caem. Mas fazendo a soma aqui, chega-se a 200. Então, por que a mídia usou o termo 300? Talvez seja por algo discutido na audiência anterior, como colocou o representante da Chevron.

E a questão do petróleo, eu acho melhor o senhor colocar este ponto. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Com a palavra o Deputado Adrian.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Na resposta, o Dr. Rafael já nos passou que foi feito um TAC, e há 60 dias estão aguardando os projetos para agora ser sancionado mesmo o pagamento. E esses projetos vão vir do IBAMA.

Então, eu queria fazer uma pergunta aos dois Marcelos, que são representantes do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA. Eu estou de acordo



com todo o projeto ambiental para proteger a nossa fauna. No mais, acho muito importante todo o meio ambiente, mas não poderia também deixar esquecerem os nossos pescadores, projeto que venha a beneficiar os nossos pescadores, que na verdade são os primeiros a sofrer quando há um acidente desse. Então, eu queria pedir que nesses projetos fossem incluídos os pescadores da região, que foram afetados na época e são trabalhadores. Eu os considero grandes heróis, que correm risco; que estão no mar e, quando acontece um problema desse, ficam impedidos de trazer o seu sustento. Então, eu queria fazer esse pedido para que, dentro dos projetos ambientais, também houvesse projetos para beneficiar os pescadores da região que foram diretamente afetados, isso em parceria com as colônias e associações de pescadores daqueles Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Deputado, muito bem colocada a sua afirmação. Eu acho que o IBAMA e o Ministério Público deveriam ouvir a comunidade de pescadores, as colônias. Na verdade, ontem o acidente fez 2 anos e, até agora, ninguém recebeu nada. Esses 95 milhões de reais ainda não estão destinados, porque ainda não se sabe onde vão ser aplicados.

Então, eu vou pedir que fique registrado que seria importante que o Deputado Penna enviasse pedido ao Ministério Público e ao IBAMA para que chame as comunidades para participar, para saber onde esse dinheiro vai ser aplicado, pois nada melhor do que ouvir quem vive na região. Importante sua colocação, Deputado Adrian.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Embora eu não seja o representante do Ministério Público, eu gostaria de ressaltar que no corpo do TAC fica claro que — vou lê-lo — *“os objetivos dessas medidas ou obrigações compensatórias são conservação da biodiversidade no litoral, uso sustentável de recursos pesqueiros, fortalecimento da pesca artesanal e educação ambiental”*. Embora eu não seja do Ministério nem técnico na matéria de meio ambiente, eu posso deixar claro que a preocupação do Ministério Público, porque sempre houve a presença do IBAMA e da ANP nesses diálogos, já estava focada nessas áreas que o excelente Deputado abordou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Perfeitamente, mais importante ainda porque já está escrito no TAC. Agora, é importante, para formular de que maneira vai ser usado, ouvir a comunidade, porque sem a comunidade não se chega...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Presidente, V.Exa. me permite? Talvez não seja de conhecimento de todos, mas o que está se dizendo aqui é que esses recursos não caminham para o Ministério da Pesca, porque provavelmente será destinado para outra região que não a que foi impactada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Que não vá para um saco sem fundo. Não é isso, Deputado?

Concluindo agora as perguntas.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Para concluir, todas as perguntas foram excelentes, no foco.

Sobre a questão do vazamento, tecnicamente não há mais vazamento; há exsudação, e o óleo exsudado está sendo coletado pelos equipamentos que foram instalados pela operadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Posso fazer uma pergunta que considero interessante, pertinente?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Sim. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Esse sistema de injetar água sob pressão para fazer a exploração — a Chevron já usou em outros poços — é utilizado também por outras companhias?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Esse é um sistema usual dentro da indústria do petróleo e gás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - É normal?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Essa injeção de fluido para recuperação de óleo é uma atividade padrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - As outras petroleiras também fazem?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Todas. Sim. No Brasil e no mundo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Nesse caso aí deu problema. Entendi.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Então, tecnicamente não há vazamento. O óleo que está sendo exsudado vem sendo capturado pelos coletores. E é fato que o volume exsudado é decrescente. O monitoramento mostra que esse óleo vem exsudando cada vez menos.

A Chevron opera em Frade? Já foi respondida. A partir do final de abril de 2013, a operadora foi autorizada pela ANP a retornar as operações. Claro, que com uma produção muito menor do que a produção inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Quanto era a produção anterior?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Em torno de... O pico de produção foi de 88 mil barris.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Hoje está com 17 mil.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Hoje está com 17 mil barris/dia sem a utilização de injeção no reservatório. Só utilizando a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Quer dizer que a diferença disso eram os poços que usavam a injeção de água?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Provavelmente.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - E mais poços também.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Outros poços também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Sobre a questão dos equipamentos adequados, como eu coloquei na apresentação, a operadora não conduziu as operações de maneira diligente, eficiente e apropriada de acordo com as melhores práticas. Isso culminou no resultado dos autos de infração que foram aplicados na operadora e que resultaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Você podia repetir?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - A operadora não conduziu operações de maneira diligente, eficiente, apropriada de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo e gás.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Ela não cumpriu as normas que a ANP tinha...

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Ela descumpriu... Do ponto de vista do regulamento de segurança operacional, 22 não conformidades foram mapeadas e resultaram em auto de infração, processo administrativo e em multa de 36 milhões 650 mil reais, que foi paga com 30% de desconto, resultando no valor final de 25 milhões 592 mil reais.

Esse valor pago, Deputado Adrian, não é uma multa compensatória. É uma multa oriunda de um processo administrativo face ao descumprimento de um regulamento. Esse valor é pago pela operadora através de uma GRU que tem a referência do processo administrativo que gerou aquele valor, e aquilo vai para a União. Então, estou certo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Essa multa vai para a União?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Essa multa vai para a União.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Então, voltando aqui *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Quer dizer que não chega aonde que tem que chegar: à área do meio ambiente?

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Então, esse valor recolhido nada tem a ver com os 95 milhões de reais do Termo de Ajuste de Conduta. Inclusive, como o Rafael Williamson descreveu, o próprio TAC define a aplicação com foco na sua sugestão: pescadores, comunidades de pescadores. Então, é interessante que os projetos sejam consolidados e apresentados ao Ministério Público, para que a dinâmica da aprovação desses projetos reconheça os projetos da comunidade como receptores dessa verba, afinal de contas, são 95 milhões 160 mil reais.

Eu vou estender a pergunta sobre se houve a utilização de equipamentos adequados ou não ao técnico, o Dr. Hugo Affonso, que tem o detalhamento. Eu vou



concluir e o Hugo dará sequência. Se o Dr. Tiago também quiser fazer alguma ponderação, por favor.

Como vai ser aplicado? Quais as cidades que serão beneficiadas? Isso tudo vai ser em função dos projetos que forem apresentados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Exatamente. Eu acho que é importantíssima a participação da Casa.

Quanto à discrepância dos valores, objeto da pergunta do Deputado Tripoli, eu acho que já ficou esclarecido. Aquilo que compete à não conformidade de regulamentação à ANP, foram as multas aplicadas num primeiro momento. A investigação permanece. A ANP continua avaliando, investigando, ou seja, a qualquer momento outros autos poderão surgir, porque o processo não está encerrado. A investigação do incidente é contínua.

Sobre as multas compensatórias, acho que já respondi. Então, está concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Tripoli. Desculpe-me. Com a palavra o técnico da área da ANP.

O SR. HUGO AFFONSO - Boa tarde a todos. Meu nome é Hugo Affonso, Superintendente-Adjunto de Segurança Operacional e Meio Ambiente da Agência Nacional de Petróleo.

A respeito dos equipamentos, dos motivos que levaram ao vazamento, a Agência concluiu o relatório de investigação sobre o incidente no campo de Frade, publicou relatório no *site*, na Internet, disponível para todos. Esse relatório tem as causas principais do incidente. Conforme o Superintendente Marcelo Mafra deixou bem claro, essas causas foram transformadas em processos administrativos que culminaram na aplicação das sanções que foram recolhidas.

Cito ainda que no item 2.1.4 do TAC existem as obrigações de natureza preventiva relacionadas à ANP e cito aqui o Ofício nº 156/SSM/2012, em que constam todos os itens nos quais o operador, no caso a concessionária Chevron, foi multado, foi autuado, e isso vem sendo acompanhado diuturnamente pela Agência. E nós temos essas análises, as notas técnicas dizendo que todas as causas foram atendidas pelo concessionário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Então, a principal causa é aquela que nós já colocamos aqui? Foi o sistema de injeção de água sob pressão? Essa foi a principal causa?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Obrigado.

O diretor jurídico da ANP quer fazer alguma colocação? Nós falamos bastante de TAC, essas coisas. Acho que a sua opinião é importante, não é Deputado Adrian?

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Boa tarde! Gostaria de agradecer o convite. Meu nome é Tiago. Sou Procurador-Geral da Agência Nacional de Petróleo e acompanhei de perto esse TAC desde o início do incidente até as tratativas com o Ministério Público Federal, IBAMA e Chevron.

De forma geral, tentarei esclarecer qual é o objetivo do TAC; O TAC tem o objetivo de tentar conter de forma preventiva e compensatória os danos gerados pelo contato do óleo na água no ambiente marinho. Como o Dr. Marcelo Amorim adiantou, realmente esse contato óleo água não precisa ter um dano imediato, um dano evidente com um peixe morto, uma ave atingida. Isso é decorrente apenas da mera dispersão de óleo no ambiente marinho. No Direito, isso pode ser apontado como danos transindividuais.

Com relação às obrigações de natureza preventiva, como o Dr. Rafael apontou, em uma audiência pública inicial havia a limitação de valores a serem aplicados na correção e na prevenção desses incidentes: melhoramento no sistema de segurança operacional, melhoramento no monitoramento do ambiente marinho, do sistema oceanográfico da região. Verificou-se que isso seria inadequado. Por quê? Para as ações preventivas, para se evitar qualquer tipo de dano ambiental, não há limite. A gente não pode impor um limite para a Chevron ou para qualquer outro concessionário, porque eu estaria atentando contra o próprio patrimônio ambiental brasileiro.

Então, o que foi estipulado? Foram estipuladas obrigações preventivas que giram em torno e podem superar facilmente os 300 milhões e obrigações de natureza compensatória. Para esses valores de natureza compensatória, no valor total de aproximadamente 95 milhões de reais, o MPF está aguardando os projetos



a serem encaminhados, exatamente em relação a essas três áreas citadas pelo Dr. Rafael...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Quem está fazendo esses projetos?

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Os projetos podem ser propostos pela sociedade como um todo. O Congresso Nacional, como representante do povo no Legislativo, deveria também tutelar e encaminhar projetos, principalmente, pela ponderação feita, se for de interesse da comunidade de pescadores da cidade, por exemplo, de Campos ou de Angra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Macaé?

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Macaé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Lá é a região de Macaé e Campos.

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Os próprios Deputados, encampando esses projetos, podem encaminhá-los diretamente à Dra. Gisele Porto,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Talvez Rio das Ostras, também.

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - ... para ela avaliar, porque o gestor, o comprometente é o Ministério Público Federal. Ele é que tem a competência de avaliar e aprovar ou não a execução, não do projeto ou de quem vai executar, mas na área. Por exemplo, eu quero uma ação ambiental no Município de Campos para descontaminação dos animais marinhos. Então, a Chevron vai escolher a empresa que vai executar e depois vai trazer para o Ministério Público Federal. Haverá uma homologação e um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Esse objeto não existe ainda, então?

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Não. O prazo para encaminhar esses projetos se iniciou ontem, porque o trânsito em julgado da sentença que homologou o termo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - E esse prazo é dado, então, à sociedade em geral?



O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Em geral. O Ministério Público é representante também da sociedade em geral, assim como a ANP e o IBAMA, que foram nominados porque são agentes governamentais para fazer essa proposição. Toda a sociedade, assim como o Congresso Nacional, é legitimada para encaminhar esses projetos a serem avaliados e detalhados pelo Ministério Público Federal.

A Chevron vai fazer a contratação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Nós estamos colocando essa questão, porque é importante. Vamos supor que as cidades não mandem para o Ministério Público. Seria obrigação do IBAMA fazê-lo?

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Não, o IBAMA pode fazer, assim como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Ele pode fazer?

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Ele pode fazer. O IBAMA seria o mais indicado, porque consta de seu escopo: conservação de biodiversidade do litoral, uso sustentável dos recursos pesqueiros, fortalecimento da pesca artesanal e educação ambiental. Esse é o órgão governamental competente para executar essas tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Então, eu vou deixar aqui a sugestão ao IBAMA, Deputado Tripoli e Deputado Adrian: que convide as comunidades para ouvi-las. Já deixo registrada aqui essa sugestão.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Jordão, eu poderia usar a palavra? Eu acho melhor propor uma audiência lá na região com as colônias de pescadores, porque nós estamos falando aí, na verdade,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Fazer uma mesa-redonda lá?

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Isso, em São João da Barra, Campos, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, que é em Barra de São João, e Tamoios, em Cabo Frio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Eu acho oportuno. Boa ideia a do Deputado Adrian.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Aquela região do litoral tem várias colônias, cada cidade tem a sua.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Vamos fazer uma audiência pública, convidar o Ministério Público, a Dra. Gisele, e outros órgãos para ouvirmos a comunidade. Eu acho interessante!

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Exatamente. Vamos convidar também as colônias e associações de pescadores daqueles Municípios para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Não só pescadores, mas ambientalistas da região.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Exatamente, para que possamos ouvir os anseios deles. Seria melhor que o IBAMA tivesse a oportunidade de ouvir essas pessoas, porque quem sofre é quem sabe, não é? Isso seria bem mais proveitoso. Eu vou propor essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Pergunto à ANP e ao IBAMA se acham interessante nós fazermos essa reunião — audiência pública só pode ser feita aqui; lá seria uma mesa redonda — para ouvir a comunidade. A gente escolhe uma cidade. O Adrian escolhe a cidade. Pode ser Macaé, a sua cidade.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Isso. Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - E nós vamos até lá fazer uma audiência pública.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - A ideia é perfeita, porque o foco da medida compensatória é a sociedade. Se a sociedade não participar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - O IBAMA concorda? A ANP concorda? (*Pausa.*)

Então, vamos propor ao Deputado Penna que aproveamos amanhã, na reunião, essa audiência pública. Eu acho que S.Exa. encaminhou bem. Viu como foi bom ouvir o senhor!

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Sr. Deputado, com antecedência suficiente para que a Dra. Gisela possa participar, porque ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - A agenda dela é complicada? Vamos organizar de acordo com a agenda dela.



O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Para concluir, Sr. Presidente. Nesse aspecto, a pretensão e o direito dos pescadores que foram lesados materialmente com isso...

Eu tenho conhecimento de que várias ações judiciais estão pleiteando esse dano material, mas o objeto do TAC não tangencia essa questão. Esses 95 milhões não podem ser aplicados na reparação desses danos individuais. Esses danos individuais são um capítulo à parte que esses interessados podem pleitear judicialmente.

O que esses projetos têm que contemplar são os interesses transindividuais, que ultrapassam a esfera do pescador, mas que atingem por exemplo o interesse da associação dos pescadores, como a descontaminação, o estudo e o impacto que isso envolve na atividade da pesca.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Para dar uma sugestão, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, podem adquirir *skimmers*, bombas de retenção, boias de contenção, porque, na verdade, não existem na região. Toda vez que ocorre um incidente como esse, eles vão buscar isso provavelmente no Estado do Rio de Janeiro ou em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - A própria Marinha reclama que não tem equipamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Outra coisa que foi colocada aqui — eu estava na audiência, o senhor estava, o Rafael estava, o Adrian estava e outros Deputados também estavam, não sei se o senhor que representa o IBAMA ou o senhor que representa a ANP na época estavam... — é que a Marinha e o IBAMA usaram helicópteros contratados pela Chevron. Nós achamos um absurdo isso, porque, no caso, eles foram os causadores, nós não tínhamos o meio e usamos equipamentos da própria Chevron. Acho que esse dinheiro tem de ser aplicado aí.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Presidente, peço a palavra para fazer um pequeno aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO ADRIAN - Só para eu fazer uma pergunta ao Tiago. Nesse caso, do interesse coletivo dos pescadores, poderia haver benefício em questões de obras para atender aos pescadores, coletivamente falando, com carreira para conserto de barcos...

(Não identificado) - Infraestrutura para os pescadores artesanais.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Isso aí.

O SR. TIAGO DO MONTE MACEDO - Absolutamente todos os projetos que são para o uso sustentável dos recursos pesqueiros e o fortalecimento da pesca artesanal, que é como se enquadra, pelo menos no meu ponto de vista, essa proposta, estão abarcados, sim, pelo TAC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Bom, eu acho que nós já podíamos aqui encerrar. Não sei se a Chevron quer fazer alguma consideração final.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON - Farei, sim. Em nome da Chevron, eu quero agradecer sempre a oportunidade de compartilhar os fatos, os argumentos verdadeiros e insistir na nossa aspiração de contribuir para o fortalecimento da indústria de petróleo e gás no Brasil.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Com a palavra o Dr. Marcelo Mafra, da ANP.

O SR. MARCELO MAFRA BORGES DE MACEDO - Quero reforçar que a ANP preza pela transparência das informações. O relatório de investigação sobre o incidente de Frade consta no *site* da Agência, entre outras informações relevantes, que são acessíveis à sociedade via página da ANP, na Internet. E a ANP reforça que, em face de qualquer convite desta Casa ou de outras instituições, estaremos presentes para discussão ampla e irrestrita dos assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Com a palavra o Sr. Marcelo Amorim, do IBAMA.

O SR. MARCELO NEIVA AMORIM - Quero agradecer o convite feito ao IBAMA e reiterar que o IBAMA está sempre disposto a responder à Casa, agora ou em qualquer outro momento. As nossas informações estão disponíveis no *site*. Para aquelas que não estão, hoje há a Lei de Informações, que nos obriga a responder quase que instantaneamente.



E quero chamar a atenção para o fato de que há, disponível na Internet, o TAC e também boa parte do próprio processo da Procuradora Gisela, para os demais participantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Deputado Adrian, faça suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Deputado Fernando Jordão, quero dar meus parabéns por propor essa audiência pública de extrema importância, porque 2 anos se passaram, e realmente nós ficamos num vazio muito grande. Eu estou saindo daqui muito feliz com todas as respostas dadas pela empresa, pela ANP, pelo IBAMA, pelo Ministério do Meio Ambiente, com a certeza de que quem vai ser realmente compensado será nosso meio ambiente — eu sou um grande defensor do meio ambiente, com vários projetos de lei — e, também, os nossos pescadores. Saio muito feliz, porque eu vejo que se acendeu não uma luz, mas um holofote no final do túnel.

Que nós possamos juntos, com essa audiência sua aqui e com a posterior mesa redonda, o debate lá na região, levar mais conforto, mais segurança, mais benefício para toda essa população pesqueira e para o nosso meio ambiente.

Mais uma vez, quero agradecer a todos os presentes e parabenizar V.Exa, Deputado Jordão, por essa grande iniciativa, demonstrando todo o seu compromisso e preocupação com a população do Estado do Rio de Janeiro, não só com a sua região, mas com toda a região do Estado do Rio de Janeiro, seja de norte, seja do sul, a sua Região Costa Verde, a Região dos Lagos. Isso, cada vez mais, dá a importância do seu mandato.

Muito obrigado e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Obrigado, Deputado Adrian.

Deputado Tripoli, para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Presidente, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todos os que tiveram a gentileza de virem. Para nós é um prazer e um privilégio tê-los aqui. E nós estamos aguardando as informações que solicitamos.



Essa pretensão de que as comunidades sejam ouvidas é fundamental. Não foi só a biodiversidade marinha que foi impactada pelo acidente, as populações ribeirinhas e os pescadores também. Enfim, acho que há um grupo que nós temos que estar representando neste momento, independente do Estado. Há dois Deputados aqui, o proponente e o que faz os seus questionamentos, que são da região e têm preocupações com as populações que estão naquele local, mas há também a resolução de um problema que é grave no Brasil, que são os passivos ambientais. Normalmente, eles não são aplicados. Eu acho que dificilmente 10% desses recursos vão para a área do meio ambiente ou para a área em recuperação nas próprias regiões haja vista que na peça orçamentária o penúltimo item, em termos de valores, é a área de meio ambiente. A área da cultura ainda se safa um pouco, porque tem a questão da Lei Rouanet. E nós, da área ambiental, não temos obviamente condição de ter um atendimento à altura, tanto no que diz respeito à recuperação de áreas degradadas, como no que diz respeito a equipamentos de prevenção, que possam ajudar nessas questões, e ao incentivo, porque, obviamente, um local que vivia da pesca única e exclusivamente e hoje tem investimentos na área de petróleo, gera mão de obra, mas gera um ônus também. Seria importante que nós tivéssemos isso solucionado.

Portanto, Presidente, agradeço a gentileza e a oportunidade de ter participado. E espero que a gente possa, num espaço breve de tempo, estar na região com a comunidade, com o Ministério Público, com o IBAMA, com a ANP, com a própria Chevron, para acompanharmos de perto a aplicação desses recursos, que não são poucos, mas que, se não chegarem à área-fim, nós sabemos que entram numa vala comum e são redistribuídos via Ministério do Meio Ambiente ou outras entidades que, com certeza, não têm nenhum interesse na questão que nós estamos discutindo aqui, nesta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Jordão) - Bom, eu quero agradecer a todos a presença: ao Dr. Rafael, da Chevron; ao Marcelo, da ANP; aos técnicos da ANP, tanto o Procurador como o nosso amigo da área técnica; ao Marcelo Amorim, do IBAMA; à representante da Embaixada do Equador, Ministra Laura Donoso González — foi uma honra tê-la aqui, acompanhando toda a nossa audiência; a



esse brilhante Deputado, que sempre defende muito o meio ambiente, Deputado Ricardo Tripoli, cuja participação foi importante; e ao Deputado Adrian, um Deputado da região de Macaé.

Amanhã, nós levaremos ao Deputado Penna, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pedido de aprovação dessa mesa redonda em Campos, porque nós já vimos aqui que a multa do IBAMA vai para a União. O Deputado Ricardo Tripoli colocou muito bem: ela vai para um saco, e ninguém sabe para onde vai o dinheiro, vai para tudo que é lugar, menos para o meio ambiente. (*Risos.*)

Então, pelo menos, que esse TAC, esses 95 milhões... Acho que o Ministério Público tem uma importância grande, a Dra. Gisele. Que a gente faça uma audiência pública de acordo com a agenda dela, e aceitemos a sugestão do nosso Procurador da ANP. Que seja destinado parte desse dinheiro para os pescadores de Macaé, de Rio das Ostras, de Campos e para o meio ambiente da região. Ontem, contamos 2 anos do acidente e, até hoje, nenhum dinheiro da compensação ambiental chegou à ponta, chegou a Macaé, a Campos, a Rio das Ostras, na região do noroeste, em frente à baía, onde existe a exploração, porque Macaé e Campos estão na região onde tem a maior parte do petróleo brasileiro. Agora, com o pré-sal, então o Deputado Adrian colocou bem.

Por isso, eu fui autor do requerimento que esclarece e mostra para a sociedade de que maneira esses 3.600 barris e o dinheiro que vocês estão disponibilizando vão ser utilizados em benefício da sociedade e daquelas pessoas que mais precisam, que são os pescadores e a área ambiental da região.

Eu quero aproveitar, agora, já encerrando aqui a reunião, para agradecer a todos a presença, à imprensa, a todas as pessoas em torno da nossa audiência, e informar que, a partir de amanhã, as apresentações dos expositores desta audiência pública estarão à disposição dos interessados, na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* chamado: audiências públicas. Quem quiser acessar, é só entrar nesse *link* da Comissão de Meio Ambiente.

Informo que, amanhã, quarta-feira, às 10h da manhã, no Plenário II, neste anexo, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizará reunião deliberativa e ordinária. Nós vamos aproveitar para aprovar essa mesa



redonda, talvez como extrapauta. Vamos pedir, porque há urgência. Vamos aprová-la como extrapauta, amanhã.

Eu agradeço a todos os Parlamentares, desde já, aos expositores e demais participantes. Muito obrigado! Eu acho que a audiência foi proveitosa, e vamos desenrolar mais assuntos adiante.